

## GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

## Estudo Técnico Preliminar 15/2026

## 1. Informações Básicas

Número do processo:

## 2. Descrição da necessidade

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo analisar a viabilidade de aquisição de materiais para o Projeto Repousar.

2.2. O GAP-AF foi reativado através da PORTARIA GABAER No 427/GC3, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022, e possui como missão executar as atividades administrativas e logísticas necessárias para o bom funcionamento das Organizações Apoiadas, visando à melhoria contínua dos processos internos e a qualidade dos serviços prestados às Organizações do Comando da Aeronáutica sediadas na GUARNAE-AF. Por conta de sua missão institucional, o GAP-AF busca ser reconhecido pela sua prontidão e capacidade operacional, pela sua conduta correta e pelo compromisso com a manutenção dos valores militares, bem como pela forma como valoriza os seus recursos humanos, o maior recurso estratégico deste Grupamento.

2.3. O Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), na qualidade de Organização Executora responsável pelo suporte administrativo e logístico às Unidades Apoiadas no âmbito da Guarnição de Aeronáutica dos Afonsos, desenvolve o Projeto Repousar, iniciativa voltada à melhoria das condições de acomodação, bem-estar e funcionalidade dos ambientes destinados ao efetivo e usuários autorizados.

2.4. Para a adequada implementação e continuidade do Projeto Repousar, faz-se necessária a aquisição de materiais de marcenaria, tais como chapas de MDF, compensados, ferragens, dobradiças, corrediças, parafusos, colas, vernizes, entre outros insumos correlatos, destinados à confecção, montagem, adaptação e manutenção de mobiliários e estruturas internas.

2.5. A demanda decorre da necessidade de:

- a) adequar ambientes às normas de funcionalidade, segurança e ergonomia;
- b) substituir mobiliários danificados ou em estado de desgaste avançado;
- c) promover melhorias estruturais que assegurem maior durabilidade e racionalização de custos com manutenção corretiva;
- d) padronizar os elementos de marcenaria, conferindo identidade visual e melhor aproveitamento dos espaços.

2.6. Ressalta-se que a execução dos serviços de marcenaria será realizada com emprego de mão de obra própria ou regularmente contratada pela Administração, sendo indispensável a disponibilização prévia dos insumos necessários, sob pena de comprometimento do cronograma físico do projeto.

2.7. A ausência da contratação inviabilizará a implementação das melhorias planejadas, mantendo ambientes com mobiliário inadequado ou deteriorado, o que pode impactar negativamente a qualidade do serviço prestado, a conservação do patrimônio público e as condições de conforto e funcionalidade oferecidas aos usuários.

2.8. A presente necessidade encontra-se alinhada ao planejamento institucional e aos princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133, especialmente no que tange à busca pela adequada gestão dos recursos públicos e à promoção de soluções que assegurem maior durabilidade dos bens e redução de despesas futuras com reposições emergenciais.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe da Seção de Manutenção de bens imóveis	VINICIUS SANTOS DA SILVA
Chefe da Seção de Planejamento	EVANDRO PRESOTTI

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os requisitos da aquisição devem contemplar as exigências que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição.

### SUSTENTABILIDADE

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.1 PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS - aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais:

4.2.1.1 Considera-se produto florestal bruto aquele em estado bruto (in natura ) proveniente de florestas nativas ou florestas plantadas de espécies nativas e na forma de: madeira em tora; torete; poste não imunizado; escoramento; estaca e mourão; acha e lasca; pranchão desdobrado com motosserra; bloco, quadrado ou filé obtido a partir da retirada de costaneiras; lenha; palmito; xaxim; óleo essencial.

4.2.1.2 Considera-se produto florestal processado aquele que, tendo passado por atividade de processamento, obteve a forma de: madeira serrada (subclassificada, conforme suas dimensões, em bloco/ quadrado/filé, pranchão, prancha, viga, vigota, caibro, tábuas, sarrafo, ou ripa); madeira serrada curta; lâmina torneada e lâmina faqueada; resíduos da indústria madeireira para fins energéticos ou para fins de aproveitamento industrial (exceto serragem); dormente; carvão de resíduos da indústria madeireira; carvão vegetal nativo; artefatos de xaxim; cavacos em geral ou bolachas de madeira.

4.2.1.2.1 Considera-se ainda produto florestal processado aquele que, de acordo com o Glossário do Anexo III da Instrução Normativa Ibama nº 21, de 2014, seja classificado como: piso, forro (lambri) e porta lisa feitos de madeira maciça; rodapé, portal ou batente, alisar, tacos e decking feitos de madeira maciça e de perfil reto.

4.2.2 Somente será admitida a oferta de produto cuja origem seja comprovadamente legal, nos termos da legislação vigente, mediante a apresentação de Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais –Sinaflor.

4.2.2.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais a serem fornecidos tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.”

4.2.3 A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

4.2.3.1 Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável -PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

4.2.3.1.1 Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

4.2.3.1.2 florestas plantadas; e 4.2.3.1.3 outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.2.3.2 A contratada deverá observar as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.

4.2.3.3 A Contratada deverá apresentar na entrega do objeto a cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - Sinaflor juntamente com a Nota Fiscal.

4.2.3.3.1 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.2.3.4 A Contratada deverá apresentar comprovantes de registro regular do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais–CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata.

4.3. O Fornecedor deve atender (CTF-IBAMA) caso se enquadre;

a) da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021 são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), instituído pelo art. 17, inciso I, da Lei nº 6.938/81;

b) As pessoas físicas e jurídicas que, em âmbito nacional, desenvolvem as atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, são obrigadas ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

c) O gerenciamento de resíduos sólidos sob responsabilidade técnica é atividade de defesa ambiental integrada à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

d) A exigência de plano de gerenciamento de resíduos sólidos ou de plano de gerenciamento de resíduos perigosos é determinada no processo de licenciamento ambiental de empreendimento ou de atividade.

e) A pessoa jurídica obrigada à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos ou de plano de gerenciamento de resíduos perigosos deve se inscrever no CTF/AIDA, para identificação de responsável técnico devidamente habilitado para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento, incluindo o controle da disposição

final ambientalmente adequada dos rejeitos, conforme categorias cód. 0004 ou 0005 do Anexo I da Instrução Normativa Ibama no 12 /2021.

f) Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei no 6.360, de 1976 e Decreto no 8.077, de 2013.

g) A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC no497, de 20 de maio de 2021”.

#### **NA HABILITAÇÃO**

4.4. A contratação será aberta para ampla participação, tendo em vista que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte poderá representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. Desta forma, o GAP-AF também não indicará cota reservada às ME's e EPP's para os itens em comento, em função da necessidade de padronização dos materiais solicitados.

4.4.1 Os itens 1, 2, 3 e 4 , deverão ser fornecidos na cor LOURO FREIJÓ (BERNECK), em razão da padronização adotada aos Hotéis de Trânsito no âmbito do Comando Aeronáutica, ressaltando que já existem mobiliários produzidos com o material em tela.

#### **REQUISITOS LEGAIS**

4.5 Os prováveis fornecedores serão empresas especializadas no mercado, certificados e habilitados para a comercialização do objeto em contratação, nos termos do presente documento, com registro nos órgãos competentes, quando cabível, e deverão atender às seguintes legislações:

- Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Instrução Normativa SEGES/ME no 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar no 147, de 7 de agosto de 2014 e pela Lei Complementar no 155 /2016 - Institui o Estatuto Nacional da Micro empresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990;
- e revoga as Leis no 9.317, de 05 de dezembro de 1996, e 9.841, de 05 de outubro de 1999;
- Decreto no 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as micro empresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, micro empreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências;
- Decreto no 7.746, de 05 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública;
- Instrução Normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010 - SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências; e
- Instrução Normativa SEGES/MPDG no 3, de 26 de abril de 2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.

#### **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.6. A empresa deve cumprir com as exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, social e trabalhista, de qualificação econômico-financeira e declarar o pleno conhecimento das condições necessárias para a execução do objeto. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei no 14.133/2021.

4.6.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, na forma e no prazo estabelecidos em Edital. Nesse sentido, insta consignar que é de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas referenciados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### **NATUREZA DA CONTRATAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO**

4.7 Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do art. 6o, XIII, da Lei 14.133/2021, devendo, portanto, ser licitado por meio de Pregão Eletrônico.

4.7.1 A aquisição dos materiais se dará via Pregão Eletrônico com o sistema de registro de preços (sem contrato), uma vez que o objeto

desta aquisição possui a necessidade de contratações frequentes, com entregas parceladas e por não ser possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pelo GAPAF, conforme art. 3º, inciso V, do Decreto 11.462/2023.

## **VIGÊNCIA**

4.8 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

## **DEMAIS REQUISITOS**

4.9 A contratação deve observar ainda, no que couber, as OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, elencadas nos modelos da AGU, como segue:

- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual; Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere; e
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## **CONSULTA AO CATÁLOGO DE PADRONIZAÇÃO**

4.10 Houve consulta ao catálogo de padronização e consta somente itens de água e café, materiais que não contemplam este processo.

## **RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS ELENCADOS**

4.11 As relevâncias dos requisitos não restringirão a quantidade de fornecedores, não sendo necessário a flexibilização ou retirada de critérios já existentes no modelo atual de contratação.

## 5. Governança, Transparência e conformidade

### Transparência e classificação da informação:

5.1 Em relação à integridade e transparência do processo, o mesmo deverá estar de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, tendo em vista que o objeto constante da presente contratação não é considerado de acesso sigiloso.

5.2 No que se refere ao sigilo das informações presentes no certame e classificação na lei acima mencionada, não há necessidade de classificar partes ou conteúdo integral deste processo como sigiloso.

### Justificativa para não utilização do catálogo eletrônico de padronização:

5.3 Cabe relatar que este Órgão não utilizou o catálogo eletrônico de padronização previsto no inciso I do § 1º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e previsto na lista de verificação da AGU, pelo motivo abaixo relacionado:

5.4 A Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como forma de solução de gerenciamento centralizado para uniformizar os itens contratados pela Administração Pública, conferindo maior economicidade nos gastos públicos e racionalização de recursos em contratações cujas necessidades podem ser atendidas por bens, serviços e obras padronizados.

5.5 Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização, disposto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (acesso pelo link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>), tem-se que estão dispostos somente os itens referentes à água mineral natural, sem gás, e os alusivos a café e açúcar, não estando contemplado, portanto, o objeto almejado por este Órgão, qual seja, aquisição de material de apoio a eventos militares e sinalização visual.

5.6 Face ao exposto, a justificativa para a não utilização do catálogo eletrônico de padronização, acima relacionada, atende ao § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

### Justificativa para solicitação de qualificação técnica no Termo de Referência:

5.7 No que se refere à comprovação de qualificação técnica, prevista no item 9 do Termo de Referência, entende-se como tecnicamente justificável a eventual exigência de tal qualificação, de modo a assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na entrega de aquisição de material em escala compatível com a demanda do GAP-AF. A exigência de atestados de capacidade técnica, infraestrutura mínima e conformidade com as normas, visa resguardar o interesse público e garantir a prestação eficiente, segura e contínua dos serviços.

## 6. Viabilidade da Prorrogação da Ata

6.1. Em conformidade com o artigo 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a prorrogação da Ata de Registro de Preços é permitida por até 12 (doze) meses, desde que observados o interesse público, a boa execução do contrato e a disponibilidade orçamentária. No presente caso, a continuidade da ata mostra-se conveniente e necessária para garantir a regularidade no fornecimento dos materiais e insumos indispensáveis às atividades de identificação funcional, controle patrimonial e sinalização administrativa no âmbito do GAP-AF e das OM apoiadas. A manutenção da ata assegura a eficiência logística e a previsibilidade na reposição de itens estratégicos para o funcionamento da estrutura organizacional.

6.2. Sendo assim, este Órgão manifesta o desejo de prorrogar a Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, renovando o quantitativo dos itens dispostos no Termo de Referência, em conformidade com o o artigo supracitado. A prorrogação da ata de registro de preços por mais 12 meses atende aos interesses da administração ,desde que o desempenho do contratado seja satisfatório e estejam disponíveis as condições orçamentárias necessárias.

## 7. Levantamento de Mercado

7.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133, procedeu-se ao levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis aptas a atender à necessidade de aquisição de materiais de marcenaria para o Projeto Repousar do GAP-AF, analisando-se alternativas sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

7.2. Foram identificadas as seguintes soluções existentes no mercado:

### **7.2.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de mobiliário sob medida (solução integrada).**

Consiste na contratação de empresa responsável pelo fornecimento de matéria-prima, confecção e instalação final dos mobiliários.

- *Vantagens:* centralização da responsabilidade contratual; entrega de produto final acabado.
- *Desvantagens:* custo global mais elevado; menor flexibilidade para ajustes durante a execução; dependência integral de fornecedor externo.

### **7.2.2. Contratação de serviço de marcenaria sob demanda, com fornecimento de insumos pelo contratado.**

Envolve a contratação de empresa para execução dos serviços, incluindo materiais.

- *Vantagens:* transferência do risco de fornecimento; solução completa.
- *Desvantagens:* menor controle sobre especificações detalhadas dos insumos; possível majoração de preços decorrente da inclusão de custos indiretos e margem de administração.

### **7.2.3. Aquisição direta de materiais de marcenaria, com execução por meios próprios.**

Consiste na compra dos insumos necessários (MDF, compensados, ferragens, acessórios e acabamentos), para utilização pela mão de obra própria ou já contratada pela Administração.

- *Vantagens:* maior economicidade; melhor controle de qualidade e especificações técnicas; flexibilidade na execução e ajustes conforme necessidade; possibilidade de fracionamento das demandas ao longo do exercício.
- *Desvantagens:* necessidade de gestão de estoque e planejamento logístico.

7.3. Verificou-se que o mercado local, regional e nacional apresenta ampla oferta de fornecedores de materiais de marcenaria, inclusive com possibilidade de fornecimento parcelado, entrega programada e diversidade de padrões e especificações técnicas, o que assegura competitividade e viabilidade da contratação.

7.4. Considerando que o GAP-AF dispõe de estrutura apta à execução das atividades de marcenaria no âmbito do Projeto Repousar, a solução prevista no item 7.2.3 mostra-se a mais vantajosa sob os aspectos da economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos públicos, evitando a contratação de serviços completos cujo custo seria superior ao necessário.

7.5. Assim, o levantamento de mercado indica como solução mais adequada a aquisição dos materiais de marcenaria, mediante procedimento licitatório na modalidade compatível com o valor estimado da contratação, observando-se os princípios da eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133.

## **8. Descrição da solução como um todo**

### **OBJETO A SER CONTRATADO**

8.1. O objeto a ser contratada é composto por 13 itens e consiste na aquisição de materiais para o atendimento às demandas usuais do Grupamento de Apoio dos Afonsos, referentes ao Projeto Repousar, devendo atender as especificações constantes no presente ETP que trata da Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas, podendo ser rejeitados, caso estejam em desacordo.

### **PRAZO E LOCAL DE ENTREGA**

8.2. A entrega dos materiais deverá ocorrer no prazo de 30 dias, contados da formalização da solicitação, mediante envio da Nota de Empenho, através de e-mail, em remessa única, nos seguintes endereço:

8.2.1 Grupamento de Apoio dos Afonsos, serão entregues de segunda a quinta-feira, das 8 h às 11 h 30 min e das 13 às 15 h 30 min e sexta-feira das 8 h às 11 h 30 min, no Almoxarifado da SMI1, situada na Av. Marechal Fontenelle, 800, Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro RJ, CEP: 21740-002

### **RESPONSABILIDADE POR VÍCIOS E DANOS**

8.3. A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990). Caso o material seja rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contratadas, deve ser substituído no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

### **MATERIAL COMUM**

8.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme Art. 2º, incisos II e III do Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

### **MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

8.5 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO. REGISTRO DE PREÇOS

8.6 A utilização de SRP para o presente processo está prevista no art. 3º, do Decreto 11.462/2023, V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

#### **AMPLA CONCORRÊNCIA**

8.7 Os itens 1 a 4 deste processo será aberto para ampla concorrência, tendo em vista que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte poderá representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, conforme justificativas técnicas e econômicas apresentadas abaixo:

##### **Justificativas Técnicas:**

8.7.1 A decisão de abrir os itens de 1 a 4 deste processo para ampla concorrência está embasada em critérios técnicos que visam garantir a qualidade e a eficiência na entrega dos materiais. A Lei 14.133/2021, em seu artigo 5º, estabelece que a administração pública deve buscar a eficiência, economicidade e qualidade nas contratações;

8.7.2 Para o presente o processo, a padronização dos procedimentos e a especialização técnica são fundamentais para assegurar a conformidade com as normas técnicas vigentes e para evitar problemas de execução que possam comprometer a qualidade e as dimensões dos materiais;

8.7.3 Dividir a entrega entre duas empresas distintas pode resultar em inconsistências técnicas e falta de uniformidade na execução dos serviços. Por exemplo, as empresas podem utilizar materiais diferentes ou seguir métodos de trabalho distintos, o que pode levar a problemas de integração e qualidade além de possíveis atrasos; e

8.7.4 Não obstante, a coordenação entre duas empresas com diferentes capacidades técnicas e recursos pode ser complexa e ineficiente. Esses problemas podem resultar em retrabalhos, atrasos e até mesmo falhas estruturais ou funcionais.

##### **Justificativas Econômicas:**

8.7.5 Sob o ponto de vista econômico, a ampla concorrência permite a obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública, conforme previsto na Lei 14.133/2021, artigo 11, que especifica que a licitação deve assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

8.7.6 Quando o mesmo material é dividido entre mais de uma empresa, a administração pública precisa garantir a coordenação entre diferentes equipes, a padronização dos materiais utilizados e a compatibilidade dos métodos de trabalho. Essa coordenação pode levar a problemas logísticos e operacionais que aumentam indiretamente os custos gerais da manutenção. A supervisão precisa ser intensificada para assegurar que ambas as empresas mantenham os padrões exigidos, o que resulta em maior demanda de tempo e recursos da administração pública.

8.8 Desta forma, a GAPAF não indicará cota reservada às ME's e EPP's, para os itens de 1 a 4, em função da necessidade de padronização dos serviços a serem realizados.

## **9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

#### **QUANTIDADE ESTIMADA**

9.1. Ressalta-se, como informado anteriormente, que os quantitativos de cada material foram estimados em consumos anteriores.

9.2. A quantidade prevista no presente ETP é foi o resultado dos quantitativos das atas anteriores do último ano, com alguns ajustes de quantitativo (para mais ou para menos) para o ano vigente.

## **10. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 647.046,60

10.1 O custo estimado da contratação, para fins de aplicação de menor valor, será de R\$ 647.046,60 (seiscentos e quarenta e sete mil reais e quarenta e seis reais e sessenta centavos), conforme levantamento de preços realizado por meio do sistema Banco de Preços, disponível no endereço eletrônico: <https://www.bancodeprecos.com.br/>. A estimativa foi obtida a partir da média dos valores praticados no mercado, com base em dados atualizados disponíveis na 10.2 referida plataforma, em conformidade com as orientações constantes no Caderno de Logística – Pesquisa de Preços (versão 2023), na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e nos arts. 23 a 26 da Lei nº 14.133/2021. A utilização do Banco de Preços permitiu à Administração aferir valores efetivamente praticados em contratações similares, conferindo maior precisão, transparência e confiabilidade à estimativa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

## **11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

#### **11. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução**

11.1. Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo à funcionalidade, à padronização e à execução do objeto.

11.2. A contratação refere-se à aquisição de materiais de marcenaria destinados ao **Projeto Repousar**, compostos por itens de natureza divisível, padronizados e amplamente disponíveis no mercado, inexistindo interdependência técnica que justifique a contratação de forma global.

11.3. Diante dessas características, concluiu-se pela **adoção do parcelamento do objeto por itens**, por se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajoso, além de favorecer a competitividade do certame.

11.4. Quanto à aplicação de cotas reservadas a microempresas e empresas de pequeno porte, previstas no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, verificou-se que **a divisão do objeto em itens é suficiente para assegurar a ampla competitividade**, não sendo necessária a adoção de cotas para atingir tal finalidade.

11.5. Ademais, a instituição de cotas poderia acarretar aumento da complexidade da gestão da contratação e eventuais impactos na logística e no fornecimento uniforme dos materiais, sem que haja demonstração de benefício adicional à Administração.

11.6. Assim, conclui-se que **o parcelamento do objeto por itens será adotado**, restando **justificada a não aplicação de cotas reservadas a microempresas e empresas de pequeno porte**, por não se revelar necessária ou conveniente às características do objeto e aos objetivos da contratação.

## 12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

### CONTRATAÇÕES

12.1. O Portal de Compras Governamentais define contratações correlatas como aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas associada ao objeto principal para sua completa prestação.

12.2. Desta forma, não há para o objeto em tela contratações correlatas ou interdependentes, ou seja, inexistem contratações que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa aquisição.

## 13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65 de 7 de julho de 2021 do Ministério da Economia, pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (Módulo 3), que, por sua vez, têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.

13.2. Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a "Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica", o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

13.3. O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Plano de Trabalho Anual (PTA).

13.4. As contratações a serem realizadas pela Divisão de Obtenções e Contratos do GAP-AF são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio, MCA 172-4 /2020 e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020) para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118/2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).

13.5. No âmbito da GUARNAE-AF, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano Anual de Contratações (PAC). Ele contempla, desde o planejamento da demanda, até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação.

13.6. De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do PAC e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.

13.7. No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-AF confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM) e o GAP-AF é responsável pela elaboração do edital até a homologação.



13.8. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano e, para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares – OMs envolvidas com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA, para esta Atividade é utilizado o indicador “I = X/Y”, em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.

13.9. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.

13.10. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal e, por vezes, diário, do Plano em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.

13.11. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC, no entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas mediante justificativa apropriada.

13.12. O e-PAG no SILOMS contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.

13.13. Conforme tabela abaixo, os responsáveis pelas contratações são definidos de acordo com o tipo de demanda:

TIPO DE DEMANDA	RESPONSÁVEL
VEGETATIVA  (Essenciais ao funcionamento das UG Apoiadora e Apoiada)	GAP-AF
NÃO VEGETATIVA  (Rotineiras, organizadas e consolidadas pela UG Apoiadora, com o fornecimento de informações por parte das UG Apoiadas)	
INTERESSE EXCLUSIVO  (Atendem exclusivamente o interesse da UG requisitante)	UG REQUISITANTE

13.14. A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida e foi definida no PAC.

13.15. A contratação objeto deste Estudo foi devidamente prevista e sua viabilidade foi analisada na fase de planejamento passando agora à fase de execução.

13.16. Constata-se, à luz da DCA nº 11-1, que a contratação pretendida está integralmente alinhada ao planejamento institucional previamente estabelecido.

13.17. No que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

13.18. As contratações públicas descritas neste documento estão alinhadas ao Plano Anual de Contratações (PAC) da GUARNAE-AF, elaborado em conformidade com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

13.19 No que se refere ao alinhamento do objeto em questão com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS), ressalta-se que a presente aquisição foi projetada em conformidade com o planejamento estratégico da Guarnição dos Afonsos, observando os princípios e

diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS). Nesse sentido, foram consideradas medidas de sustentabilidade, tais como: (i) priorização de produtos ambientalmente adequados; (ii) controle rigoroso das quantidades a serem contratadas para evitar desperdício; e (iii) atenção à conformidade com normas ambientais e certificações de produtos.

## 14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A aquisição de materiais de marcenaria para atendimento ao Projeto Repousar do GAP-AF proporcionará a melhoria das condições estruturais e funcionais dos ambientes contemplados, assegurando maior conforto, organização e adequação dos espaços destinados ao efetivo e demais usuários.

14.2. Entre os principais benefícios institucionais esperados, destacam-se:

- a) **Melhoria da qualidade dos ambientes internos**, por meio da substituição ou adequação de mobiliários deteriorados, promovendo maior funcionalidade e padronização dos espaços;
- b) **Aumento da durabilidade dos bens produzidos ou revitalizados**, com utilização de materiais adequados e especificações técnicas compatíveis com a finalidade pretendida;
- c) **Racionalização de despesas futuras**, ao priorizar a manutenção preventiva e a produção interna de mobiliário, reduzindo a necessidade de contratações emergenciais ou aquisições de soluções completas com maior custo agregado;
- d) **Aproveitamento da estrutura e mão de obra disponíveis**, conferindo maior eficiência à gestão patrimonial e logística;
- e) **Padronização visual e funcional dos ambientes**, fortalecendo a identidade institucional e a organização dos espaços;
- f) **Maior celeridade na execução das melhorias**, uma vez que a Administração terá autonomia para produzir, adaptar ou reparar mobiliários conforme a necessidade identificada.

14.3. Sob a ótica da governança e do planejamento, a contratação contribui para a adequada gestão dos recursos públicos, promovendo solução proporcional à necessidade administrativa, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133.

14.4. Dessa forma, a contratação viabiliza não apenas a execução do Projeto Repousar, mas também a melhoria contínua da infraestrutura apoiada pelo GAP-AF, com reflexos positivos na prestação dos serviços institucionais.

## 15. Providências a serem Adotadas

15.1 As providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato visam assegurar que todo o processo de contratação transcorra com transparência, lisura e em estrita observância aos princípios que regem a contratação pública, especialmente os previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Para a efetivação da presente contratação, será necessário que o processo licitatório siga regularmente seu trâmite, com o cumprimento de todas as etapas preparatórias da fase interna, incluindo a conclusão e aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), pesquisa de preços, análise de riscos, entre outros documentos exigidos.

15.3 Em seguida, o processo deverá seguir para a fase externa, com a devida publicação do aviso de licitação, observância aos prazos legais, recebimento de propostas, julgamento, habilitação, eventual fase recursal e homologação do resultado, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.4 Após a homologação, será realizado o registro de preços para o fornecedor vencedor, com base no modelo de ata de registro de preços, possibilitando a contratação futura conforme a demanda, dentro da vigência estabelecida e de acordo com as regras previstas no edital e na legislação vigente.

## 16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A aquisição de materiais de marcenaria para o Projeto Repousar pode gerar impactos ambientais indiretos, sobretudo relacionados à extração de matéria-prima, ao processo industrial de fabricação dos insumos (como MDF e compensados), ao transporte, ao consumo de recursos naturais e à geração de resíduos sólidos.

16.2. Entre os principais impactos ambientais potenciais, destacam-se:

- a) **Exploração de recursos florestais**, especialmente na produção de painéis de madeira reconstituída e compensados;
- b) **Emissão de poluentes atmosféricos** e consumo de energia nos processos industriais de fabricação;
- c) **Geração de resíduos sólidos**, tanto na fase de produção industrial quanto na etapa de corte, montagem e acabamento dos materiais pela Administração;
- d) **Utilização de produtos químicos**, como colas, vernizes e solventes, que podem conter compostos orgânicos voláteis (COV), com potencial impacto à saúde ocupacional e ao meio ambiente;
- e) **Descarte inadequado de sobras e embalagens**, caso não haja gerenciamento adequado dos resíduos.

16.3. Considerando tais impactos, deverão ser observadas medidas mitigadoras, tais como:

- a) Priorizar materiais provenientes de manejo florestal sustentável ou com certificação ambiental reconhecida;
- b) Exigir que os produtos atendam às normas técnicas e ambientais vigentes, inclusive quanto aos limites de emissão de formaldeído em painéis de madeira;
- c) Prever critérios de sustentabilidade na especificação do objeto, quando tecnicamente viável, em consonância com as diretrizes constantes do Lei nº 14.133 e do Advocacia-Geral da União, especialmente no que se refere às contratações sustentáveis;
- d) Estabelecer orientações para o correto armazenamento, manuseio e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na execução das atividades de marcenaria;
- e) Incentivar o reaproveitamento de sobras de materiais sempre que possível.

16.4. Registra-se que os impactos ambientais identificados são considerados de baixa a média magnitude, passíveis de mitigação por meio de planejamento adequado e observância de critérios de sustentabilidade, não se configurando impedimento à contratação, mas exigindo a adoção de medidas preventivas e de controle compatíveis com a natureza do objeto.

## 17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1 Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à identificação da necessidade, ao levantamento de mercado, à estimativa das quantidades e à definição da solução mais adequada, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e jurídico.

17.2 A solução selecionada atende de forma satisfatória às necessidades do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e das Organizações Militares por ele apoiadas, sendo compatível com a capacidade administrativa do Órgão, com as condições existentes no mercado e com os recursos orçamentários disponíveis ou a serem oportunamente alocados.

17.3 Verificou-se, ainda, que a contratação por meio de processo licitatório próprio, na modalidade pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como alternativa adequada e vantajosa, permitindo a padronização dos materiais, a obtenção de preços competitivos, a flexibilidade no atendimento das demandas ao longo da vigência da ata e a racionalização dos esforços administrativos.

17.4 A contratação pretendida observa os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da isonomia, da transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como encontra-se em consonância com as diretrizes de governança e de gestão de riscos aplicáveis às contratações públicas, além de estar prevista no calendário anual de licitações do Grupamento de Apoio dos Afonsos, o qual contém a relação de todos os processos licitatórios a serem realizados pelo GAP-AF.

17.5 Dessa forma, declara-se viável a contratação.

## 18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EVANDRO PRESOTTI**

Gestor de Licitações

**VANESSA DOS SANTOS PINTO**

Auxiliar da Seção de Planejamento

**SUELLEN DO NASCIMENTO PEREIRA ALCANTARA**

Auxiliar da Seção de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP 015/2026
Data/Hora de Criação:	02/03/2026 14:00:46
Páginas do Documento:	12
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	13
Hash MD5:	4f7b8b2b30ed99d3be53c80acd0b32b2
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major EVANDRO PRESOTTI no dia 02/03/2026 às 12:49:37 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VANESSA DOS SANTOS PINTO no dia 02/03/2026 às 14:10:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento SUELLEN DO NASCIMENTO PEREIRA ALCANTARA no dia 02/03/2026 às 14:21:04 no horário oficial de Brasília.